

Filiado à Federação dos Empregados em Turismo e Hospitalidade do Estado do Rio de Janeiro (Fetherj)
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade (Contratuh)
União Geral dos Trabalhadores (UGT)

Sintur participa de ato em favor de emprego e direitos

Trabalhadores dos mais diversos setores profissionais, dentre eles o de turismo, se reuniram em ato de repúdio às Medidas Provisórias 664 e 665 que, anunciados pelo governo federal, preveem o retrocesso de conquistas como seguro-desemprego, seguro-defeso, pensão por morte e auxílio-doença. Promovido pelas centrais sindicais, o ato aconteceu no dia 28 de janeiro, na Central do Brasil.

Página 3



UGT-RJ elege nova diretoria

Reeleita secretária de Turismo da União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (UGT-RJ), a presidente do Sintur, Maria Rosalina B. Gonçalves (Rosa) participou do 3º Congresso Ordinário Estadual da central, juntamente com os diretores Marcelo Rodrigues de Castro e Edson Ribeiro da Silva. Realizado no dia 23 de janeiro, o encontro discutiu, ainda, temas relevantes para os trabalhadores como mobilidade urbana e assédio moral. Discussões essas que serão apresentadas no congresso nacional da central sindical, em São Paulo, em junho, como propostas para encaminhamento político.

Página 3



ENCARTE

Sintur amplia serviços jurídicos

Página 1

EDITORIAL

Até quando o assalariado será penalizado?

Página 2

FGTS

Sintur já ajuizou 25 ações

Página 4

SINTUR SERVIÇOS

Nesta edição, um encarte especial com os serviços oferecidos pelo Sintur. Associados, fiquem ligados nos convênios firmados.

EDITORIAL

Até quando o assalariado será penalizado?



As manifestações realizadas em diversos estados brasileiros no dia 28 de janeiro, onde era exigida a revogação das Medidas Provisórias 664 e 665, anunciadas pela presidente Dilma Rousseff no dia 31 de dezembro como solução para o ajuste fiscal, sinalizaram o descontentamento da classe trabalhadora.

Chamado pelos opositores de “Pacote da Maldade”, o elenco de medidas que propunha mudanças nas regras para concessão de benefícios como pensão por morte, seguro-desemprego, no auxílio-doença, aposentadorias, Imposto de Renda etc foi classificado pela presidente Dilma como uma “mudança de caráter corretivo”, negando possíveis perdas dos direitos trabalhistas. Esta aliás, uma promessa de campanha.

O ministro da Fazenda, Joaquim Levy, taxou o seguro-desemprego como ultrapassado. Será? Pesquisa realizada pela PUC-Rio revela que o Brasil e a Argentina exigem um período mínimo de seis meses para concessão do benefício. Num país onde muitas categorias são de alta rotatividade, grande parte dos trabalhadores deixará de receber o benefício justamente pela dificuldade de completar os 18 meses, como proposto na Medida Provisória. O governo precisa ouvir os trabalhadores, representados pelas centrais sindicais, com o objetivo de que qualquer mudança não seja tão prejudicial aos direitos conquistados.

Uma forma de resolver esta situação seria o governo atrelar o seguro-desemprego à programas de requalificação profissional que funcionem de fato, garantindo, com isso, seu imediato retorno ao mercado de trabalho e resolvendo, ainda, a acentuada carência de mão de obra qualificada.

Ora, se o governo necessita realizar o ajuste fiscal, por que ninguém fala em taxar as grandes fortunas e acabar, por exemplo, com os cartões corporativos. Este, aliás, tema de uma das moções aprovadas por trabalhadores no 3º Congresso da UGT-RJ em janeiro. Até quando a classe trabalhadora vai continuar sendo penalizada para o equilíbrio das finanças do país?

Maria Rosalina B. Gonçalves
Presidente

EXPEDIENTE

Rua Sete de Setembro, 98 - Cob. 1 e 2
Centro - CEP 20050-002 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (21) 2509-0892 / Telefax (21) 2507-0687
E-mail: sintur@sintur.org.br • www.sintur.org.br
Sintur Notícias é o Informativo do Sindicato dos
Trabalhadores e Profissionais de Turismo do
Estado do Rio de Janeiro.

Diretoria

Presidente – Maria Rosalina B. Gonçalves
1º Vice-presidente – Antonio Humberto Maranduba
2º Vice-presidente – Waldemiro Cerqueira Gomes
1ª Secretária – Maria das Graças A. Pinheiro
2ª Secretária – Genilson Correa Ribeiro
1º Tesoureiro – Marcelo R. de Castro
2º Tesoureiro – Edson Ribeiro M. Silva
Dir. de Adm. e Patrimônio – Waldemir C. de Azevedo
Dir. de Assist. e Benefícios – Herminio Conde F. de Araújo

Dir. For. Ap. Prof. Rel. Sindicais – Luiz Felipe Furtado Coimbra
Dir. Com. Social e Divulgação – Nivaldo Ignácio da Silva
Dir. Suplente – Newton Leão Duarte
Dir. Suplente – Geraldo da Silva
Dir. Suplente – Fabrício Santos Guimarães
Dir. Suplente – André Ricardo Capute
Cons. Fiscal – Fátima Monteiro da Silva
Cons. Fiscal – Sergio Evandro Farias
Cons. Fiscal – Marco Antonio Florenciano
Cons. Fiscal – Valtair de Aguiar Vicente
Cons. Fiscal Suplente – Marcos Paulo de Souza Vieira

Jornalista responsável:
Luiza Felix (MTB. 16.791)

Designer gráfico: Fábio da Silva

Impressão:
Gráfica Vianna Alves

Tiragem:
2.000 exemplares

VOCÊ SABIA ?

Reclamações de constrangimento ao consumidor – o Código de Defesa do Consumidor (CDC) fez recente anúncio de que o constrangimento ao consumidor chegou ao terceiro lugar no ranking de reclamações no órgão em 2014. Foram registradas mais de 2.000 queixas, relatando casos em que os clientes foram expostos a situações embaraçosas pelos prestadores de serviços. Nesses casos, o órgão orienta para que as vítimas, em primeiro lugar, reúnam testemunhas; em segundo, façam boletins de ocorrência, principalmente em casos de racismo e discriminação sexual, em que cabem processos judiciais; e, em caso de cobranças indevidas, guardem provas. O constrangimento é previsto no CDC em dois artigos, 42 e 71. A pena prevista varia de detenção de três meses a um ano, além de multa.

Salário-maternidade para viúvo – Decisão da 4ª Vara Federal de Joinville (SC) concedeu o salário-maternidade a um homem que ficara viúvo com o nascimento de sua filha. A decisão foi baseada no princípio de que a gratificação é voltada para o recém-nascido e não para os pais, conforme já previsto na Lei 12.873, de 2013, que permite que pais recebam o auxílio em caso de falecimento da mãe. Pouco conhecida, a lei, na opinião do advogado que defendeu o viúvo, corre o risco de perder a eficácia caso a sociedade não busque esse direito. Segundo, ainda, o magistrado, o salário-maternidade representa para o bebê a “garantia de que ele terá à sua disposição alguém que lhe seja inteiramente dedicado durante o período de tempo mínimo necessário para o seu pleno desenvolvimento nos primeiros meses de vida”.

Sintur participa de ato em favor de emprego e direitos



Os diretores Edson Ribeiro e Waldemir Azevedo com o presidente da UGT-RJ, Nilson Duarte Costa, no ato na Central do Brasil

O Sindicato dos Trabalhadores e Profissionais de Turismo do Estado do Rio de Janeiro (Sintur), representado pelos diretores Edson Ribeiro Silva e Waldemir de Azevedo, participou, no dia 28 de janeiro, na Central do Brasil, do Dia Nacional de Luta por Emprego e Direitos.

O ato de repúdio às Medidas Provisórias 664 e 665, anunciadas pela presidente Dilma Rousseff, no final de dezembro, como solução para o ajuste econômico, foi promovido pelas centrais sindicais, dentre elas a União Geral dos Trabalhadores do Rio (UGT-RJ), entidade da qual o Sintur é filiado.

Os trabalhadores exigem a revogação das medidas que preveem o retrocesso de conquistas como seguro-desemprego, seguro-defeso, pensão por morte e auxílio-doença.

UGT-RJ elege nova diretoria



Presidente Rosa e os diretores Marcelo e Edson na plenária do 3º Congresso da UGT-RJ

A União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro (UGT-RJ) realizou, no dia 23 de janeiro, seu 3º Congresso Ordinário, onde elegeram e deu posse aos membros da Executiva Estadual e do Conselho Fiscal. No encontro, do qual

participaram lideranças de diversos estados brasileiros e categorias profissionais, foram discutidos, ainda, temas como mobilidade urbana e assédio moral.

Presidente do Sintur, Maria Rosalina B. Gonçalves (Rosa) participou do congresso, onde foi reeleita secretária de Turismo da UGT-RJ. Tesoureiro geral do Sintur, Marcelo Rodrigues de Castro também passou a integrar a Diretoria Executiva da central sindical. Delegado do Sintur junto à UGT – além de Marcelo –, o tesoureiro Edson Ribeiro da Silva também marcou presença no Congresso.

Presidente reeleito, Nilson Duarte Costa destacou o crescimento da central, o atual momento político brasileiro e as novas filiações, reforçando a disposição da diretoria em continuar apoiando as entidades filiadas.

Medidas Provisórias causarão perdas dos direitos trabalhistas

Quando em campanha pela reeleição, a presidente Dilma Rousseff afirmou em seu programa de governo que não mexeria nos direitos dos trabalhadores. No entanto, em nome do ajuste fiscal, está tomando medidas que causarão prejuízos à classe trabalhadora.

Anunciadas no final de dezembro, as Medidas Provisórias 664 e 665 alteram as regras para a concessão de benefícios sociais como o aposentadoria por invalidez, auxílio-desemprego, auxílio-doença, pensão por morte, abono salarial e o seguro defeso para os pescadores.

Uma vez constatados os desvios na concessão dos benefícios, os mesmos devem ser corrigidos, bem como punidos os culpados. O que não pode acontecer é a transferência da conta desses desvios para o trabalhador, taxando-os, tirando-lhes os direitos duramente adquiridos.

A redução da bancada sindical de 83 para 46 parlamentares, tornando o Congresso Nacional ainda mais conservador, é a evidente resposta para o que vem acontecendo com a política brasileira. Fica, então a lição: já passou da hora de o brasileiro levar o voto mais a sério. É preciso ficarmos mais atentos.

A única forma de barrar as ameaças aos nossos direitos e ampliar conquistas é a união de sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais, fortalecendo nossas lutas. As lideranças sindicais têm que buscar formas para uma ativa participação da classe trabalhadora.

Sintur já ajuizou 25 ações para recuperação das perdas do FGTS

As ações são ajuizadas individualmente.
Outras 37 ações estão
sendo processadas para ajuizamento.

Como já noticiado na edição anterior do Sintur Notícias, as ações contra a Caixa Econômica Federal propondo a impugnação da Taxa Referencial (TR), tradicionalmente aplicada para a correção do saldo das contas fundiárias, são individuais. Até o momento, já foram ajuizadas 25 ações. Outras 37 ações estão sendo processadas para ajuizamento.

Para saber o andamento do seu processo, os autores das ações deverão acompanhar no Sintur Notícias (impresso ou online) ou através do envio de e-mail para o endereço sintur@sintur.org.br, que será respondido tão logo seja possível. O Sintur tem disponíveis o cadastro de todos os processos, bem como o relatório de andamento dos mesmos junto a AJS devidamente atualizados.

É bom lembrar que para ajuizar as ações é necessário apresentar o comprovante de residência (uma das contas de água, luz, gás ou telefone), cópias da Carteira de Identidade, CPF, CTPS (páginas da foto e verso, contratos e anotações do FGTS), PIS ou PASEP e extrato analítico do FGTS desde 1999. As cópias não precisam ser autenticadas, devendo, ainda, ser utilizado apenas o lado da frente das folhas xerocadas, não o verso.

Para maiores informações, falar com a auxiliar administrativa Vera, que coordena o encaminhamento para a assessoria jurídica, através dos telefones (021) 2509-0892 e (021) 2507-0687.

Acompanhe o andamento do seu processo no Sintur Notícias ou através do envio de e-mail para sintur@sintur.org.br

Atenção! A justiça é morosa. Busque informações a cada três meses. Se antes desse prazo houver alguma informação, entraremos em contato através de e-mail, caso você o tenha cadastrado.

Receba o **Sintur Notícias** em casa

O Sintur envia jornais para todos os associados. Caso não esteja recebendo, atualize seu endereço para a regularização de seus dados no sindicato com os funcionários Vera ou Cristiano.